



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACESSIBILIDADE - CTA

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 03/2021

Data: **Segunda-feira, 19 de abril de 2021**

Local: **Remota**

Horário: **16h**

Término: **18h**

1. Verificação do Quórum

Após verificação do quórum regimental deu-se início segunda Reunião Ordinária da Comissão Temporária de Acessibilidade – CTA- 2021

Conselheiros presentes:

Arnaldo Lyrio, Carin D’Ornellas, Gisele Labrea

Arquitetas Convidadas

Regina Cohen

Justificado

Natalia Kochem

Apoio Técnico/Administrativo:

Alessandra Vandelli – Assessora da Presidencia

2. Relato sobre as decisões e desdobramentos ocorridos na reunião conjunta

Arnaldo informou que a coordenadora da CPU Rose apresentou a minuta da resposta para associação de Copacabana e estava diferente do posicionamento acordado na reunião, informou que a CTA não subscreveria a carta, o assunto não morre devem continuar pensado em ações para diminuir os efeitos dessa Lei.

Sugestão é mais fiscalização e colocar em evidencia os locais onde está dando problema

Arnaldo pediu para Rose anotações sobre decreto e vai repassar para todos.

Carin sugeriu colocar acessível na página do CAU as ações da comissão e as leis que envolvem acessibilidade nos projetos e cidade, pode ser uma cartilha, links para as leis.

Arnaldo apoia a sugestão da Carin e pondera que os arquitetos não têm consciência da acessibilidade, a aba com as leis já é um caminho, mas também sugere colocar um conceito de acessibilidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO

Regina informa que o decreto federal 5296/2004 torna obrigatório o cumprimento da norma e sugere que a CTA CAURJ tenha a legislação do estado Rio de Janeiro.

3. Participação dos contribuintes da CTA e grupos de trabalho;

Definições sobre a forma de participação dos contribuintes convidados Teresa Balbino, Gabriela Zubeli, Beatriz Vasconcelos, Gustavo Guimaraes, Carlos Leitão e Alexandre Albuquerque

Arnaldo pergunta como seria a participação dos contribuintes;

Regina sugere chamar os contribuintes para seminário/webinar com um depoimento de mais ou menos 15 minutos e a partir daí quem puder contribuir com a comissão continua

Carin tudo está convergindo para eventos, sugere representantes de cada região do estado do RJ

Encaminhamento aderir à proposta da Regina e inaugurar participação dos contribuintes no evento.

4. Respostas das demandas de arquiteto com dúvidas sobre Acessibilidade

Minuta de resposta para Jorge Fernandes

Regina sugeriu ser mais enfático mencionando o decreto 9451 que entrou em vigor em 2020.

Carin sugeriu que além da informação da legislação vigente incluir a orientação para contratar um arquiteto.

Questionamento da arq. Juliana Barrozo Pinto Fernandes:

“Venho por meio desta solicitar ao CREA e o CAU que se unam na tarefa de cobrar as SMUs do RIO DE JANEIRO, com a força das entidades que são, sobre a importância de treinar os seus técnicos a cobrar a acessibilidade plena, 100% cumprida, dos licenciamentos que chegam pois, por diversas vezes tem sido aprovados projetos com menos de 1% de acessibilidade cumprida isto significa que em caso de acidentes de quem será cobrada a responsabilidade? O gestor dirá que a prefeitura aprovou e gerou o alvará de reforma, de modificação ou até mesmo alvará de funcionamento. Um dos últimos casos dos mais de 100 que vi acontecer referente a acessibilidade e a incompetência da prefeitura foi referente ao alvará concedido a um gestor de uma ESCOLA no Meier que foi autorizado o funcionamento com somente a rampa e o banheiro sendo adaptados. Isso é um absurdo!!!! Acessibilidade é segurança! No que concerne ao CREA e a aprovação dos engenheiros de segurança que são completamente ignorados!!!! Em caso de um incêndio nessa escola eu quero saber QUEM vai se responsabilizar pelas mortes! Banheiro e RAMPA são menos de 10% de todos os itens de acessibilidade necessários! Dá vontade de rasgar o diploma e tudo que aprendi na universidade porque a realidade da nossa cidade é uma vergonha e o CAU e o CREA tem por obrigação denunciar essas incompetências vindas da prefeitura! Um profissional não vai fazer nada contra a prefeitura mas o CAU SIM! A mesma coisa as construtoras que só visam os lucros! Porque vão se importar em fazer acessibilidade plena se quem deveria cobrar só cobra o mínimo? Já temos edificações antigas o suficiente para adaptar, as novas DEVEM sair do papel já corretas! 100% acessíveis. Fui a um stand de vendas de uma construtora famosa na Barra da Tijuca recentemente que nem VAGA acessível tinha! É uma vergonha! Tinha agility pra cachorro e zero de importância sobre



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO

acessibilidade que é LEI! E são Leis e normas desde 1985 no BR! Não é nada recente! Tem 36 anos! Não adianta ter leis e zero fiscalização e a prefeitura autorizando tudo que passa por eles de forma irresponsável! -- --"

Encaminhamento: Carin vai iniciar uma minuta e compartilhar para contribuição de todos, parâmetros para minuta mencionar comissão, normas da legislação da cidade, convidar participar dos eventos, revisão do plano diretor,

5. Discussões sobre PL das sinalleiras Nº 69/202;

A redação realmente precisa ser revista, mesmo. Em momento algum ela faz crítica diretamente ao PL.

Seguem sugestões de abordagem, a título de contribuição.

A questão mais importante, a meu ver, é o fato de que as saídas de garagens de prédios mais antigos não possuem uma área suficiente para que o veículo se posicione no mesmo nível da calçada, de forma a permitir boa visualização do movimento de pedestres. O que ocorre é que o surgimento abrupto do carro na calçada coloca em risco qualquer pessoa em trânsito naquele momento. A sinalleira, dessa forma, serve de alerta a todos os pedestres, independente da mobilidade. Para pessoas com deficiência visual a situação se agrava, pois, a LBI exige sinalização perceptível por 2 sentidos e, como em geral não há sinalização podotátil antes das garagens, retirar a sinalleira significa retirar 100% da segurança para essas pessoas.

Outros aspectos são também relevantes, como, por exemplo, os tipos de edificação que devem ter obrigatoriedade de implantação de sinalleiras, os níveis de ruído e os horários praticáveis.

Encaminhamento: enviar deliberação da comissão por Ofício da presidência para câmara dos vereadores com os questionamentos elaborados pela comissão.

6. Informes gerais

1.NBR 16537 – Arnaldo vai enviar pdf da norma e as partes onde tiveram modificações, não houve transforme radicalmente

Sugestão encaminhar ofício para ABNT apresentando a comissão temporária acessibilidade que tem interesse em discutir as normas ligadas acessibilidade que estão sendo revistas, Arnaldo vai redigir minuta.

2.Planejamento Anual CTA (solicitação do presidente)

Arnaldo informou que o presidente pediu que apresentasse o planejamento das ações da comissão que está pronto desde a gestão passada e quando defendeu a continuidade também apresentou ações, na próxima plenária irá apresentar as ações da comissão

Diretrizes gerais de ação da Comissão Temporária de Acessibilidade

- 1.Conscientizar Arquitetos e Urbanistas sobre a relevância da Acessibilidade em espaços públicos e privados;
- 2- Difundir conhecimento sobre Acessibilidade, através de encontros, seminários, vistorias e fóruns;
- 3- Difundir as boas práticas em projetos arquitetônicos e urbanísticos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO

- 4- Aumentar as ações de conscientização nos municípios do interior, em parceria, possivelmente, com a Comissão de Interior;
- 5- Melhorar a comunicação com a classe utilizando recursos tecnológicos e mídia eletrônica (Blog, Zoom, Skype, ...);
- 6- Tornar a página do CAU RJ acessível;
- 7- Contratar profissional de LIBRAS para eventos de Acessibilidade
- 8- Eventos

Regina tem uma apresentação das ações e pode disponibilizar para apresentação na plenária.

Alessandra irá encaminhar para todos por e-mail o plano de ação de 2021 da comissão aprovado no planejamento estratégico.

Arnaldo sugere que todas as comissões tenham acesso ao planejamento estratégico aprovado.

3.Participação CTA Plano Diretor, indicado para participar da discussão do plano diretor como suplente da conselheira Noemia.

4. Pesquisa sobre Acessibilidade para instituição americana, Cau foi convidado responder questionário sobre as dificuldades de implantar acessibilidade na nossa cidade, Regina já respondeu.

5. Apoio da comissão à ventos de acessibilidade em geral, divulgar no blog, nas redes e ter um representante da comissão. Qual critério para cancelar esses eventos

Regina acredita que a comissão tem que realizar seus próprios eventos e apoiar todos relacionados acessibilidade.

Carin apoia a divulgação e comunicação de cursos de acessibilidade nas mídias sociais do conselho, isso já acontece compartilhando cursos das entidades, de outros cau-uufs.

Alessandra orientou encaminhar os eventos que terão apoio da comissão para chefe de gabinete.

Gisele sugeriu criar manual para projeto de escolas acessíveis para orientação dos profissionais, Arnaldo pediu para fazer projeto para ser debatido pela comissão na próxima reunião.

Alessandra vai verificar na agenda data para webinar entre os dias 22 a 30 de junho na parte da manhã, irá postar no grupo as possibilidades.

Ação em Petrópolis, sugeriu que Natalia levantamento da não participação do arquiteto na lei uso e solo e encaminhar para comissão de exercício profissional.

7. Encerramento

Não havendo nada mais a ser tratado, o Coordenador Arnaldo Lyrio deu por encerrada a reunião às 18h15